

Boletim

Nº 2.042 - Ano 45 - 26 de novembro de 2018

Júlia Duarte | UFMG

ARQUEOLOGIA DO LIXO

Toneladas de materiais despejados no aterro sanitário de Belo Horizonte podem revelar mudanças nos padrões de consumo e de descarte ao longo do tempo. A doutoranda Vanúzia Gonçalves Amaral, da Fafich, identificou, no lixo aterrado nos anos 1970 e 1980, objetos de vidro bem mais espessos do que os produzidos nos anos seguintes, latas de cerveja ferrosas, posteriormente substituídas por alumínio, e a ausência de isopores, garrafas pet e embalagens longa vida.

Página 5

Tese demonstra
que cotas e Sisu
mudaram perfil de
cursos de graduação

Página 8

Materiais de vidro das décadas de 1970 e 1980 descartados no aterro de BH

O FUTURO entre diferentes elos HOLÍSTICOS

Vagner Luciano de Andrade*

Os primeiros agrupamentos humanos na luta diária pela sobrevivência eram holísticos e necessitavam de uma compreensão do todo para viver. Foi assim no começo da história da humanidade, quando homens das cavernas quebravam nozes com o uso da pedra. Essa visão holística era indispensável para a harmonia do grupo no processo de busca por alimentos e abrigos, nas estratégias de sobrevivência e na procura de novos territórios. Naquela época, o equilíbrio da natureza era supremo, e a dependência que se tem dela, reconhecida. Mas a história mudou, e o homem, no exercício da intelectualidade e da cultura que o diferencia dos demais seres vivos, inventa a técnica, a manufatura, a complexidade existencial e vai se afastando, cada vez mais, do holismo como paradigma, tornando-se gradativamente cartesiano. Assim, métodos rudimentares foram sucedidos por múltiplas criações e invenções, a exemplo do quebra-nozes em substituição à pedra como instrumento.

Sabe-se que qualquer sociedade encontra-se alicerçada em determinados paradigmas, que moldam as concepções e premissas educacionais contemporâneas. Cabe questionar se esses paradigmas são positivos ou negativos e como atuam na percepção e concepção de mundo. Lamentavelmente, as bases que sustentam a atual coletividade encontram-se sedimentadas no paradigma hegemonicamente capitalista. Em tempos sombrios de clamores estranhos, urge repensar a articulação entre as pessoas e promover elos holísticos de integração dos diferentes atores que edificarão o futuro. A educação se insere como palco histórico de resistências. Sim, educar é ato conjunto entre família, escola e sociedade, que se articulam em uma rede complexa. Os direitos humanos prevalecerão, ainda que em tempos de

força física e rudez, em que insanos clamam pela militarização e pelo armamento das pessoas. Esse é o grito pela tessitura de um novo homem, livre e autor de sua própria história e destino.

A elite, porém, num golpe contínuo, busca retomar o controle de uma sociedade que estava se refazendo e melhorando. Nos tempos atuais, a hierarquização e a especialização descem “goela abaixo” no patético discurso do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Em diferentes instituições, desconstruções são arquitetadas, e novos destinos, decididos pela figura clientelista e paternalista do “chefe”. Mudanças de setores, alterações de horários e outras ações desmobilizam forças que se desdobravam no verdadeiro sentido de coletividade. As verdadeiras intenções são desmascaradas com discursos inflamados de “ordem na casa”, “contenção de gastos” e “corte de privilégios”. Isso, no entanto, tem um único resultado: os sonhos de uma nova ordem social estão se tornando pesadelos. E ninguém quer dormir nesta noite sombria de armas.

Absurdamente, o noticiário registra que um baiano foi brutalmente morto por declarar abertamente sua opção de voto em um ambiente de democracia. Verifica-se que os termos “porrada”, “tiro” e “bomba” tornaram-se mais que música deturpada entre seres alienantes. Os que se julgam “poderosos” comemoram. Isso traduz o fim dos tempos ou o projeto de sociedade “deu pau”? Eis que novamente a educação se projeta, com vistas a mudar os atuais discursos míopes. Há diferentes sujeitos que se complementam no âmbito escolar: o professor, o aluno, o orientador, o supervisor, o regente, o secretário, o inspetor, o assistente, o auxiliar, o bibliotecário, o contador, o diretor. Todos deveriam se articular na construção de uma educação emancipadora com equidade

e qualidade, porém a distinção entre funções cria abismos. O perigo iminente no âmbito do paradigma vigente não é percebido nem problematizado no contexto educacional.

A renovação da sociedade fundamenta-se no paradigma holístico, que, por sua vez, representa um conjunto de pensamentos sistêmicos e globais que propiciam soluções para problemas locais. O holismo contempla uma visão ampla dos elementos culturais, físicos, naturais e sociais do sistema. No paradigma holístico, as interações das partes compõem o todo. Por isso, percepções e reflexões coerentes incentivarão a caminhada e orientarão a ação individual e coletiva na perpetuação de ambientes saudáveis. Um futuro melhor resulta de um presente com ações responsáveis, construído de forma articulada entre os seres que habitam o planeta.

Os atuais cenários trazem novas percepções e reflexões sobre índices de qualidade de vida associados a valores humanos exterminados em nome de um progresso dominador e excludente. Nota-se que a coletividade tem perdido, em seu processo de avanço e expansão, a verdadeira essência humana em suas várias manifestações, sejam elas individuais, sociais ou planetárias.

Mas será possível aos seres humanos viver com qualidade sem respeitar o direito à vida dos demais seres? Que novos paradigmas e percepções orientem o fazer pedagógico por meio do elo entre os sujeitos por ele responsáveis. Um futuro eloquente, participativo e democrático poderá ser vislumbrado assim que a união e a verdade prevalecerem, e o discurso de ódio e intolerância se desfizer.

*Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental pelo Unibh

COTAS, SISU e seus efeitos

Políticas de ações afirmativas mudaram perfil de cursos de graduação, demonstra tese defendida na Faculdade de Educação

Ana Rita Araújo

Os efeitos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e da Lei de Cotas variam entre os cursos, de acordo com seu prestígio social, conclui a pedagoga Brésia Nonato, em tese de doutorado defendida neste ano na Faculdade de Educação. Um dos aspectos analisados no trabalho foi o perfil de alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Direito e Pedagogia da UFMG, antes e depois da adesão ao Sisu e da implementação da Lei Federal 12.711, que estabeleceu a política de cotas.

Segundo a pesquisadora, na UFMG, a Lei de Cotas tem tornado menos desigual o acesso aos diferentes cursos e alterado significativamente a configuração dos mais seletivos, como Medicina: “Mesmo com um perfil de estudante ainda muito diferente daquele encontrado na Enfermagem, por exemplo, o de Medicina está mais heterogêneo, se analisado pelos critérios sociorraciais”, comenta. Além disso, acrescenta a pesquisadora, percebe-se também uma migração de estudantes de origem social mais elevada para cursos historicamente menos elitizados, como é o caso das licenciaturas.

Movimento semelhante ocorreu no Direito e, em menor medida, na Pedagogia, na relação entre os cursos diurno e noturno. “Podemos dizer que, entre os aprovados, existe um movimento de estudantes de padrão socioeconômico mais elevado para cursos considerados de menor prestígio social”, analisa. Sua hipótese é que, com a Lei de Cotas, candidatos de nível mais elevado começaram a ter mais dificuldades para ingressar nos cursos mais seletivos e de maior status social e, por isso, passaram a disputar vagas nas formações menos concorridas e de menor prestígio, “restringindo a possibilidade de candidatos de níveis social e escolar mais baixos”, acrescenta a pesquisadora, que é editora-chefe da Revista Docência no Ensino Superior, da UFMG.

Questionários

Brésia Nonato trabalhou com dados de 2012 e 2016 – último ano antes do Sisu, ainda sob a vigência do bônus, e primeiro ano após a implementação dos 50% de cotas, respectivamente. Ela utilizou informações recolhidas pela UFMG no ato de matrícula e em questionário próprio aplicado a 1.156 ingressantes nesses mesmos anos, dos quatro cursos avaliados.

A pesquisadora ressalta a relevância das cotas e do próprio Sisu para a democratização do acesso ao ensino superior, mas afirma que ambas as políticas precisam ser aperfeiçoadas para viabilizar uma maior inclusão social. Professora da rede pública municipal de Belo Horizonte, Brésia comenta que as cotas têm concepção muito diferente do bônus, política de ação afirmativa adotada pela UFMG de 2009 a 2012 que concedia acréscimo na nota de estudantes de escolas públicas segundo critérios previamente estabelecidos.

A autora comenta que, antes das cotas, o bônus propiciou mudanças significativas no perfil dos estudantes de alguns cursos, sobretudo nos menos seletivos. “É válido o argumento de que o bônus já tinha suprido parte relevante das desigualdades nesses cursos. Por isso, provavelmente, na análise comparativa dos anos

2012 e 2016, a mudança de perfil geral do estudante da UFMG não tenha sido tão expressiva”, argumenta.

Entre cursos

De acordo com a pesquisadora, o curso de Direito diurno se tornou mais acessível a estudantes provenientes de escolas públicas, essencialmente as federais, efeito que parece advir, em grande medida, da Lei de Cotas. “O Direito noturno, que já recebia grande número de estudantes de escolas públicas, sofreu uma elitização do perfil do público atendido, provavelmente devido ao Sisu”, afirma.

No curso de Pedagogia, foram observadas alterações no perfil etário, aumento da proporção do número de estudantes homens e significativa ampliação do percentual de estudantes graduados em outros cursos superiores. “Todos esses pontos precisariam ser observados em pesquisas futuras, para sua melhor compreensão”, defende.

Na comparação entre os cotistas de Direito e de Pedagogia, as diferenças ficaram ainda maiores. Ela observou que os estudantes de Pedagogia – cotistas e de ampla concorrência – “apresentaram características sociorraciais de grupos vulneráveis que, comumente, acumulam desvantagens nas relações sociais: mulheres, negras e de baixa renda”.

Segundo a pesquisadora, nos cursos de Direito e Medicina, os estudantes cotistas tendem a ter o perfil sociofamiliar e escolar diferente daquele característico de seus grupos sociais de origem – muitos frequentaram escolas públicas de melhor qualidade, apresentaram melhor condição socioeconômica, e seus pais concluíram o curso superior. “Isso reforça a necessidade de ampliação de vagas e de políticas de ações afirmativas em alguns cursos”, argumenta a doutora.

Brésia Nonato explica que seu trabalho integrou conjunto de estudos sobre educação superior desenvolvido na UFMG, com financiamento da Fapemig, que gerou vários artigos, outra tese – sobre acesso ao curso de Medicina – e duas dissertações: uma abordou a presença de mulheres nas ciências exatas, e a outra tratou da demanda por cursos de licenciatura no âmbito do Sisu.

Tese: *Lei de Cotas e Sisu: Análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às instituições federais*

Orientador: Cláudio Marques Martins Nogueira

Defesa: junho de 2018



Brésia: políticas devem ser aperfeiçoadas

No FUNDO do MAR

Premiada pela UFMG na área de ciências exatas, tese propõe ferramentas para aprimorar a coleta de dados em ambientes aquáticos

Matheus Espíndola

O monitoramento das condições no fundo dos oceanos e de outros ambientes aquáticos ajuda a compreender a importância desse ecossistema na regulação do clima, na absorção de gás carbônico e no provimento de recursos primários, além de ser fundamental para a prevenção de catástrofes e para o controle do impacto da atividade humana. No entanto, as tecnologias de coleta de indicadores de temperatura, pressão, salinidade, pH, concentração de nitratos e intensidade das ondas ainda são bastante limitadas. Missões oceânicas com essa finalidade são caras, sujeitas às condições meteorológicas e arriscadas para a vida dos envolvidos.

Contemplado na edição 2018 do Grande Prêmio UFMG de Teses, o trabalho *Controle de topologia e roteamento oportunístico em redes de sensores aquáticas*, do pesquisador Rodolfo Wanderson Lima Coutinho, consistiu no desenvolvimento de modelos matemáticos para solução de problemas que limitam a transmissão autônoma, eficiente e em larga escala por redes de sensores sem fio no fundo do mar.

“O vazio de comunicação, que ocorre quando não há um sensor para continuar a

transmissão, a baixa confiabilidade e o alto custo energético do canal acústico, que se vale de frequências de rádio, foram alguns dos problemas levados em consideração”, exemplifica o autor, que atualmente faz residência pós-doutoral na Universidade de Ottawa, no Canadá. Coutinho explica que o canal acústico é um dos mais eficientes para comunicação sem fio em redes subaquáticas, mas apresenta elevada taxa de erros, em razão da influência de variáveis como temperatura, turbulência e atividades de navios.

No trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, Rodolfo Coutinho projetou algoritmos e protocolos para o controle de topologia (organização dos elementos de comunicação) e para estratégias de envio de dados, visando à confiabilidade na coleta de informações e ao prolongamento da vida útil das redes de sensores. “O estudo indicou também que a potência de transmissão deve ser regulada para equilibrar o consumo de energia e para remover nós sensores vizinhos desnecessários”, informa. Os nós sensores são dispositivos computacionais dotados de modem para comunicação, memória para o armazenamento de dados e processador.

Conectividade

O controle da topologia, por meio do ajuste da profundidade dos nós sensores, melhora a conectividade da rede e o desempenho da transmissão, já que, segundo o autor da pesquisa, reduz a proporção de nós desconexos e também de nós em vazios de comunicação. “O roteamento oportunístico – em que vários nós, no lugar de apenas um, são selecionados a cada salto para continuar transmissão do pacote de dados até o destinatário – também é capaz de aprimorar a efetividade da rede”, explica Rodolfo Coutinho.

O trabalho também revelou alguns desafios inerentes ao paradigma do roteamento oportunístico, até então bastante consolidado na literatura sobre o tema. “Apesar das várias vantagens, o método provoca a superutilização de alguns poucos nós sensores em detrimento dos demais, o que resulta no esgotamento precoce da bateria”, argumenta o pesquisador.

Para Rodolfo Coutinho, sua pesquisa alinha-se à tendência de contínuo amadurecimento da tecnologia das redes aquáticas, que caminha para viabilizar a coleta de dados nos oceanos em tempo real, em maior escala e de forma cada vez mais eficiente. “Os algoritmos desenvolvidos podem ser usados para ajustar a profundidade dos sensores, visando à melhoria da cobertura da rede. Os modelos matemáticos criados para identificar nós sensores centrais, do ponto de vista de roteamento, poderão ser considerados para o planejamento da mobilidade de veículos autônomos aquáticos, o que reduzirá a necessidade de missões oceânicas para a manutenção dos sistemas”, projeta Coutinho.

Tese: *Controle de topologia e roteamento oportunístico em redes de sensores aquáticas*

Autor: Rodolfo Wanderson Lima Coutinho

Orientadores: Antonio Alfredo Ferreira Loureiro (UFMG) e Azzedine Boukerche (Universidade de Ottawa)

Defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação (DCC), em março de 2017. Vencedor do Grande Prêmio UFMG de Teses na área de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Pixabay / CC0 Creative Commons



Explosão de plataforma de petróleo nos Estados Unidos, em 2010: redes sensores aquáticas podem detectar riscos ou mitigar impactos de acidentes dessa natureza

REVELAÇÕES do ATERRO

Pesquisadora investiga mudanças na vida da população belo-horizontina, nas últimas décadas, com base na composição do lixo domiciliar

Ana Rita Araújo

Encobertas por camadas de terra e por uma vegetação que cresceu nos últimos dez anos, toneladas de lixo descartadas de 1975 a 2007 podem revelar padrões de consumo, uso e descarte de objetos que mostram aspectos da vida da população de Belo Horizonte. Ao investigar a arqueologia do lixo da capital mineira com elementos comparativos de três décadas, a pesquisadora Vanúzia Gonçalves Amaral espera enxergar não apenas mudanças econômicas, políticas e culturais, mas também aspectos simbólicos desse agrupamento humano.

“É possível olhar para aquele período como se fosse um filme, considerando o lixo em um contexto de uso e de descarte que detém significados e padrões”, explica a pesquisadora, que está na fase de separação e análise dos objetos escavados no lixo depositado entre 1975 e 1985 no aterro sanitário localizado no km 2 da BR-040. A área de cem hectares, 60 dos quais usados como aterro de lixo domiciliar, é administrada e monitorada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Apesar de desativado como aterro de resíduos sólidos urbanos desde 2007, o lugar continua a gerar gases e poeiras. Além disso, no local são realizadas outras atividades, como manutenção de máquinas e caminhões, reciclagem de entulho e compostagem.

A pesquisa de doutorado de Vanúzia Amaral, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Fafich, sob a orientação da professora Jaqueline Rodet, propõe estudos similares a projeto conduzido na Universidade de Tucson, Estados Unidos, na década de 1970, pelo arqueólogo William Laurens Rathje. “Ele demonstrou que, por meio do lixo, é possível identificar padrões de consumo e de descarte que dizem muito mais a respeito das pessoas do que elas gostariam”, afirma a pesquisadora que, no mestrado em Ciência Política, também na UFMG, estudou o mesmo equipamento urbano do ponto de vista do conflito político gerado por sua localização.

Retrato de uma época

Antes mesmo de alcançar as próximas etapas de escavação e análise – 1986 a 1995 e 1996 a 2007 –, Vanúzia já identificou cenários que certamente não se repetirão no lixo das décadas seguintes: objetos de vidro bem mais espessos do que os produzidos nos anos seguintes, latas de cerveja ferrosas, que posteriormente foram substituídas por alumínio, e a ausência de isopores, garrafas pet e embalagens longa vida.

“Quando fizer a escavação dos anos 2000, certamente terei um padrão comparativo mais refinado, mas já podemos dizer que, diferentemente do que se costuma pensar, o plástico era largamente utilizado nos anos 70, como é possível perceber pela grande quantidade desse material presente nas amostras”, comenta a pesquisadora. Outro padrão que se mantém até hoje é a prática de descartar o lixo sem separação por tipo de material, apesar do surgimento, nos últimos anos, de práticas de grande alcance, como o trabalho das associações de catadores, e de algumas iniciativas governamentais de coleta seletiva.

Entre os milhares de itens encontrados, alguns falam por si mesmos, como um anúncio de jornal, datado de 8 de setembro 1978, que anuncia vaga para datilógrafa “de boa aparência”. “Todos os objetos, contudo, precisam ser observados em relação a contextos



Latas de cerveja ferrosas encontradas no aterro sanitário de Belo Horizonte

culturais, políticos e econômicos específicos”, diz a pesquisadora. Nessa primeira amostragem, aparecem embalagens de apenas uma marca de leite, uma de margarina e poucas de óleo de soja. A composição do lixo domiciliar provavelmente será diferente nas amostras relacionadas ao período de aterramento posterior a 1990, em razão da abertura do país para importações, no governo Collor, principalmente de produtos chineses.

A pesquisadora espera encontrar outras matérias-primas, como plásticos de tipos e cores diferentes. Segundo ela, o comportamento do consumidor é moldado tanto por determinações políticas e econômicas, quanto por questões subjetivas, que podem, por exemplo, levar pessoas a não descartar certos objetos que têm valor sentimental e significados particulares ou familiares. As próximas fases da pesquisa preveem também análises químicas em laboratório, para determinar alguns componentes dos resíduos que não são identificáveis apenas por análises visuais.

O aterro

O aterro da BR-040 foi aberto para a destinação dos resíduos da cidade depois que uma das áreas que recebiam o lixo de Belo Horizonte foi atingida por enchentes e deslizamentos em dois anos consecutivos (1972 e 73), provocando muitas mortes. A área começou a funcionar como aterro sanitário em 1975, recebendo 250 toneladas de lixo por dia.

Em 2007, quando foi desativado por falta de espaço, o local recebia diariamente duas mil toneladas. A ampliação ocorreu devido ao crescimento da cidade e da população, ao aumento da geração de lixo per capita e da cobertura de coleta, que hoje alcança 98% da cidade, explica Vanúzia Amaral, que é funcionária da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU), onde atua no gerenciamento de projetos e na implementação de políticas relacionadas aos serviços de coleta seletiva de recicláveis, com inclusão social de cooperativas e associações de recicladores e atividades de educação ambiental.

DAJ, 60 anos

Órgão presta assistência jurídica a pessoas de baixa renda

João Paulo Alves

TV UFMG



Atendimento é feito por estudantes de direito e psicologia, sob supervisão docente

Um dos projetos de extensão mais antigos da UFMG, a Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) completou 60 anos de atuação em 2018. O núcleo, criado em agosto de 1958 por iniciativa do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e do professor José Olympio de Castro Filho, realiza atendimentos jurídicos e judiciais gratuitos para pessoas de baixa renda, de segunda a quinta-feira, das 12h às 14h.

“Na DAJ, os estagiários têm a oportunidade de exercer a advocacia na prática. Eles são responsáveis por receber o público e dar prosseguimento aos casos. É uma maneira de a Universidade retribuir o investimento feito pela sociedade”, afirma a professora Renata Christiana Vieira Maia, diretora da DAJ.

Os atendimentos são realizados pelos estagiários de direito, em conjunto com os de psicologia. De acordo com Renata Maia, essa combinação é de essencial importância, sobretudo para casos de não judicialização. “Atuamos na mediação de conflitos. Com o apoio psicológico, podemos acelerar a resolução dos casos como uma via alternativa à judicial”.

Ao longo das seis décadas, passaram pela DAJ alunos que se transformaram em profissionais do Direito de projeção nacional e internacional, como o ex-ministro do STF, Francisco Rezek, o ex-procurador geral da República, Rodrigo Janot, e o senador e ex-governador, Antonio Anastasia.

Diálogos

O evento *Diálogos sobre a assistência judiciária: homenagem aos sessenta anos da DAJ*, realizado na semana passada, marcou as comemorações do aniversário da Divisão. A programação reuniu ex-alunos, diretores e professores que mantiveram ou ainda mantêm relações com a DAJ. “Recebemos ex-alunos que passaram pela DAJ, entre os quais muitos se tornaram professores na UFMG. Todos ressaltam a importância que a Divisão teve em suas vidas estudantis e profissionais”, afirma Renata Maia. Durante o evento, também foi lançada revista científica da prática jurídica da DAJ, que reúne relatos de experiências dos estagiários

A TV UFMG produziu um vídeo sobre a Divisão que pode ser assistido em seu canal no Youtube: <https://bit.ly/2QZdhbl>.

[Matéria publicada no Portal UFMG, em 20/11/2018]

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 19/2018, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece a composição do Colegiado do Curso de Graduação em Teatro e revoga a Resolução nº 02/2015, de 17 de março de 2015.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando proposta encaminhada pela Congregação da Escola de Belas-Artes, sede do Curso de Graduação em Teatro, e manifestação favorável da Câmara de Graduação, resolve:

Art. 1º Estabelecer a seguinte composição para o Colegiado do Curso de Graduação em Teatro:

- I - Coordenador;
- II - Subcoordenador;
- III - 02 (dois) representantes do Departamento de Artes Cênicas;
- IV - 01 (um) representante da Faculdade de Letras;
- V - 01 (um) representante da Faculdade de Educação;
- VI - Representação discente, na forma prevista no Estatuto e no Regimento Geral da UFMG.

§ 1º Os docentes previstos no inciso III do caput deste artigo serão indicados, juntamente com os respectivos suplentes, pela Câmara Departamental, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo o mandato do membro suplente vinculado ao do membro efetivo.

§ 2º Os docentes previstos nos incisos IV e V do caput deste artigo serão indicados, juntamente com os respectivos suplentes, pelas Congregações pertinentes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo o mandato do membro suplente vinculado ao do membro efetivo.

Art. 2º O Coordenador e o Subcoordenador serão docentes da Universidade, eleitos pelo plenário do Colegiado, por maioria absoluta de votos, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. A escolha do Coordenador ou do Subcoordenador, quando recair sobre os membros do Colegiado, implicará na indicação de nova representação para recompô-lo.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias, em especial a Resolução nº 02/2015, de 17 de março de 2015.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão

GEOPROCESSAMENTO

Estão abertas, até 10 de dezembro, as inscrições, pela internet (<https://bit.ly/2qWBeVx>), para a 17ª edição do curso de especialização em Geoprocessamento que o Instituto de Geociências oferece de fevereiro a dezembro de 2019. O curso é aberto a profissionais de todas as áreas que queiram aperfeiçoar ou adquirir conhecimentos sobre as modernas técnicas de geoprocessamento.

São objetivos do curso possibilitar pesquisas nas áreas de cartografia, topografia e geoprocessamento e ampliar a capacitação metodológica e técnica sobre mapeamento de informações e montagem de bancos de dados sobre o meio ambiente natural e o espaço produzido ou modificado pelo homem.

INOVAÇÃO NA IRLANDA

No próximo dia 4, às 17h, a diretora do Knowledge Transfer Ireland, Alison Campbell, vai ministrar palestra em inglês, no campus Pampulha, sobre a política nacional irlandesa para transferência de conhecimento, abordando também seu sistema de financiamento e seu protocolo de propriedade intelectual. Aberto ao público, sem necessidade de inscrição prévia, o evento será realizado no Auditório 1 da Face.

A atividade é organizada pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFMG, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) da UFMG e Consulado da Irlanda.

CUIDADOS ODONTOLÓGICOS

Os efeitos colaterais da radioterapia na região da cabeça e do pescoço, modalidade de tratamento do câncer, serão discutidos em fórum que a Faculdade de Odontologia vai realizar nos dias 14 e 15 de dezembro. Dentistas, estudantes de odontologia e demais profissionais de saúde podem se inscrever pela internet (<https://bit.ly/2zjVqoX>). A programação do 2º Fórum sobre cuidados odontológicos para o paciente irradiado em região da cabeça e pescoço inclui mesas-redondas, palestras, apresentação de pôsteres e exposições orais.

De acordo com os organizadores do Fórum, é importante que haja constantes eventos para discutir o tema, de modo a capacitar os profissionais que atuam na área, uma vez que não existe um protocolo universal de prevenção e tratamento dos pacientes irradiados em região da cabeça e pescoço, e nem sempre os tratamentos são eficazes.



Ariane Lazario

Eia, espetáculo dos formandos do Teatro Universitário, aborda as inquietações da existência

TEATRO

Embalados por acordes de sanfona, os floristas passeiam delicadamente pelas ruas e praças da cidade de Tiradentes, criando os mais diferentes arranjos de cores e de formas. Dona Juta, por sua vez, brinca pela cidade, dando notícia de tudo que se passa ao seu redor. *Os floristas* e *Dona Juta*, duas intervenções teatrais, cumprem temporada em Tiradentes e São João del Rei, de 27 de novembro a 9 de dezembro.

Os espetáculos, criados pelo Teatro&Cidade – Núcleo de Pesquisa Cênica do Teatro Universitário da UFMG, são resultado de projeto de Residência Docente da Diretoria de Ação Cultural (DAC), realizado no Campus Cultural UFMG em Tiradentes. Para montar as intervenções, equipe coordenada pelos professores Rogério Lopes e Tereza Bruzzi percorreu nove bairros da cidade, realizando experimentos criativos. As peças dialogam com elementos do artesanato tradicional do Campo das Vertentes, região de Minas Gerais, como cestaria, tecelagem manual e fibra de juta.

Em Belo Horizonte, a peça *Eia*, montada pelos formandos do Teatro Universitário (TU), será apresentada de 29 de novembro a 16 de dezembro, na Funarte (Rua Januária, 68, Centro). Os alunos encenam uma criação coletiva que trata das inquietações do existir. Como em um sonho, o espetáculo revela momentos atemporais e sobrepostos da realidade humana nos quais uma andarilha percorre fragmentos que perpassam o rompimento da infância e de vidas marcadas por fome, machismo, racismo e alienação.

A direção é assinada por Mônica Tavares, professora substituta do TU e mestre em Artes Cênicas. O espetáculo tem classificação indicativa de 16 anos e entrada gratuita, mas os ingressos devem ser retirados uma hora antes. As apresentações ocorrem de quinta-feira a domingo, sempre às 20h. Aos domingos, a peça é acessível em Libras.

TIPOGRAFIA EM MOVIMENTO

Diamantina recebe, de 6 a 8 de dezembro, o 3º Patrimônio Gráfico em Movimento – Tipografia em ação, coordenado pelas professoras Sônia Queiroz, da Faculdade de Letras (Fale), e Ana Utsch, da Escola de Belas Artes (Eba).

O evento, que será realizado no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, terá oficinas para crianças, lançamentos de livros e abertura da exposição *Editoras tipográficas contemporâneas no Brasil*. A programação inclui palestras, mesas com representantes de editoras do Brasil e do México, apresentação do projeto *Bibliografia temática latino-americana* e realização de ateliê aberto de tipografia.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 4 de dezembro, pelo e-mail forumpatrimoniografico@gmail.com. Mais informações estão disponíveis no site www.museutipografia.com.br/.

MOVIMENTO CONSCIENTE

Projeto de extensão forma professores da educação infantil em BH para trabalhar a linguagem corporal, apostando na criatividade das crianças

Itamar Rigueira Jr.

Desde 1996, a Educação Infantil é tratada oficialmente como a primeira etapa da Educação Básica. Em 2009, as diretrizes curriculares nacionais para o segmento passaram a preconizar propostas pedagógicas, para a faixa de 0 a 6 anos, que valorizam princípios estéticos, além de éticos e políticos. O espírito que guiou essas determinações é o mesmo que move o projeto de extensão *Linguagem corporal na educação infantil – capacitação de professores numa perspectiva teórico-prática*, vinculado à Escola de Belas Artes. Há sete anos, o projeto atua nas Umeis, em Belo Horizonte.

O desafio, segundo a professora da Licenciatura em Dança Ana Cristina Pereira, coordenadora do projeto, é oferecer aos professores ferramentas para o trabalho intencional com a linguagem corporal, aproveitando a bagagem levada, desde muito cedo, pelas crianças. “O corpo sempre esteve dentro da escola, mas é preciso estimular a consciência dos professores. Nosso trabalho tem a forma de residência e reúne professores e alunos. Mostramos que é possível fazer – e como se faz – abrindo espaço para a discussão de nossas propostas”, explica Ana Cristina, que está à frente também do Laboratório de Estudos do Gesto e Cognição (GestoLab) e participou da elaboração das proposições para a Educação Infantil no município de Belo Horizonte.

Os fundamentos desse esforço, segundo a pesquisadora, são a autoralidade e a criatividade. Ela lembra que, ao usar a dança, a escola regular, quase sempre, fez os alunos reproduzirem coreografias. “Lidamos com outra concepção da capacidade das crianças, entendemos que elas são propositivas, mas sabemos que os professores não tiveram essa formação”, ressalta Ana Cristina.

A pesquisa e a ação são guiadas por teóricos como o coreógrafo e teatrólogo eslovaco Rudolph Laban, que criou a noção de “fatores do movimento” (peso, tempo, espaço e fluência), o bailarino e coreógrafo mineiro Klaus Vianna (consciência corporal e autoralidade) e a professora de dança e escritora Isabel Marques, que se dedica à inserção da dança na escola.

O trabalho com as crianças lança mão de materiais como tecidos, com os quais se desenvolve a fluência, bolas (articulações e improvisação) e elásticos (apoios). “Os materiais têm papel essencial



Acervo do Projeto

Tecidos, bolas e elásticos favorecem a expressão corporal das crianças

para o melhor entendimento dos conceitos”, afirma Ana Cristina Pereira, acrescentando que a equipe faz uso também de recursos disponíveis nas Umeis.

Práticas transformadas

O projeto *Linguagem corporal na Educação Infantil* foi iniciado em 2012 e atuou em nove Umeis, atendendo cerca de 200 professores e 850 alunos. As residências têm duração de um ano, período necessário, segundo a coordenadora, para a transformação das práticas. Além das atividades em sala de aula, são realizados encontros para formação mais sintética de outros integrantes da equipe pedagógica da unidade. “Somos bem recebidos, notamos que a proposta é uma demanda importante da Educação Infantil, e o retorno é muito positivo nas avaliações ao fim de cada ciclo”, diz Ana Cristina, que desenvolve seus estudos de mestrado e doutorado com foco na relação entre arte e educação.

A parceria com a Secretaria de Educação de Belo Horizonte inclui cursos de formação de professores de outras unidades, como mecanismo de ampliação do entendimento da proposta na rede municipal. Ana Claudia Brasil, pedagoga da Gerência da Coordenação de Educação Infantil, afirma que a formação em linguagem corporal tem forte impacto no trabalho educativo realizado nas Umeis: “O reconhecimento da corporeidade como meio de compreensão da criança sobre o mundo e de sua ação no ambiente que a cerca tem trazido mudanças significativas nas práticas em sala de aula. É fundamental garantir peso equivalente para todas as linguagens na Educação Infantil.”

As pesquisas e as ações de formação viabilizadas pelo projeto de extensão já renderam trabalhos de conclusão de cursos de graduação, projetos de iniciação científica, dissertações de mestrado e artigos e periódicos nacionais e internacionais.